

HABEAS CORPUS Nº 537.137 - RS (2019/0296179-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MARCOS JONES FEIJO CARDOSO
ADVOGADO : MARCOS JONES FEIJÓ CARDOSO - RS068163
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ONEI DA SILVA NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* interposto em favor de ONEI DA SILVA NASCIMENTO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que revogou a concessão de liberdade provisória ao paciente.

O acórdão que deu provimento ao recurso ministerial está assim ementado (fl. 20):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO MINISTERIAL. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. REFORMA DA DECISÃO QUE CONCEDEU LIBERDADE PROVISÓRIA AO RECORRIDO.

No caso concreto, além de estarem presentes prova da materialidade e indícios de autoria, não passa despercebida a existência de outra ação penal, referente à **prática criminosa imediatamente posterior ao presente**, pelos delitos de tráfico de drogas, associação para o mesmo fim e porte de arma, cuja prisão preventiva foi decretada em 22/04/2019, situação que denota sua aparente contumácia na seara delitiva, uma vez que, como se pode observar, a concessão da liberdade no presente processo possibilitou que voltasse a delinquir. Rememore-se que os elementos de prova indicam que o acusado foi preso em flagrante em virtude de notícias que davam conta da traficância por ele realizada no local descrito na denúncia, tendo ele sido abordado com elevado numerário em espécie e três qualidades distintas de entorpecentes, em grande quantidade, além de arma de fogo, munições e balança de precisão, tudo a indicar uma conexão íntima com o narcotráfico, pois somente um agente familiarizado com o comércio proscrito exerceria a venda munido de artefato bélico, além de possuir alta diversidade de narcóticos, em quantidade passível de distribuição a um número considerável de consumidores. Logo, imprescindível a clausura provisória para garantia da ordem pública, a fim de evitar que o agente criminoso volte a praticar a traficância, sendo inviável a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, já que insuficientes para reprimir a atividade criminosa, na esteira do disposto no art.282, §6º do CPP. À UNANIMIDADE, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Superior Tribunal de Justiça

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006. Homologada e convertida em preventiva em 26/01/2019, foi revogada a custódia cautelar e concedida liberdade provisória em 01/02/2019. Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso, o qual foi provido em 25/07/2019.

Em síntese, o impetrante alega ausência de motivação idônea para a segregação cautelar. Argumenta que o acórdão combatido fundamenta-se apenas na gravidade abstrata do delito, e que não houve *qualquer alteração da situação fática, bem como não há qualquer notícia de descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão estabelecidas*. Aponta que *a existência de outro processo não é elemento concreto para afastar a presunção de inocência*.

Liminarmente e no mérito, requer a concessão da liberdade provisória, com imposição subsidiária de medidas cautelares menos gravosas que a prisão.

Na origem, o Processo n. 0000790-26.2019.8.21.0141 encontra-se em fase instrutória. Foi aberta vista à defesa para apresentar resposta à acusação em 04/09/2019, conforme informações processuais eletrônicas disponibilizadas pelo sítio do Tribunal *a quo* (acesso em: 3/10/2019).

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 80/81):

O delito imputado ao flagrado tem apenamento máximo superior a quatro anos, nos termos do art. 313 do CPP.

Ademais, este tipo de crime tem trazido prejuízos à ordem pública, causando não só enorme abalo à esta, mas também à credibilidade do Poder Judiciário, merecendo, portanto, uma pronta e eficaz resposta.

Alem disso, a segregação do flagrado se impõe por conveniência da instrução criminal e garantia da ordem pública, pois a comarca está situada em região de grande aglomerado de pessoas, especialmente em época de veraneio, sendo fácil a este tentar furtar-se à aplicação da lei penal.

Portanto, pelo que fora dito, a aplicação de qualquer outra medida cautelar seria inadequada e insuficiente.

Superior Tribunal de Justiça

A revogação da prisão preventiva está assim justificada em decisão proferida em 1/2/2019 (fl. 110):

Com efeito, no caso, estou por acolher a sustentação defensiva e conceder a liberdade, porquanto verifico a desproporcionalidade da medida no presente feito.

Isso porque, conforme destacado pela Defesa, o acusado possui residência e emprego fixos.

Outrossim, nota-se que é primário, sendo que a manutenção prisão cautelar nessa hipótese, por ora, seria desproporcional.

Ademais, não vislumbro caso de necessidade da prisão, bem como que não há, nos autos, demonstração concreta de que o acusado, em liberdade, colocará em risco a ordem pública e econômica, a instrução criminal e/ou a aplicação da lei penal.

Afora isso, não se pode olvidar que o objetivo da prisão cautelar não é o cumprimento antecipado de eventual pena, sob pena de violação ao princípio da presunção de Inocência.

Assim sendo, responder o processo com a liberdade privada não é proporcional à eventual futura pena aplicada, razão pela qual mostra-se imperativa a liberdade.

Isso posto, CONCEDO ao acusado ONEI DA SILVA NASCIMENTO a LIBERDADE PROVISÓRIA mediante o cumprimento das seguintes condições até a prolação de sentença, sob pena de revogação do benefício:

- a) Comparecimento em todos os atos processuais;
- b) Proibição de se ausentar da Comarca; e
- c) Recolhimento domiciliar noturno, a partir das 20hs e no dia de folga.

O recurso em sentido estrito do *Parquet* foi provido em 25/7/2019, nos seguinte termos (fl. 23):

No caso concreto, além de estarem presentes prova da materialidade e indícios de autoria, não passa despercebida a existência de outra ação penal, referente à **prática criminosa imediatamente posterior ao presente**, pelos delitos de tráfico de drogas, associação para o mesmo fim e porte de arma, **cujas prisão preventiva foi decretada em 22/04/2019**, situação que denota sua aparente contumácia na seara delitiva, uma vez que, como se pode observar, a concessão da liberdade no presente processo possibilitou que voltasse a delinquir.

Como se vê, o acórdão combatido está idoneamente fundamentado, pois evidencia a reiteração delitiva do paciente, *cujas prisão preventiva foi decretada pela prática delitiva posterior à concessão da liberdade provisória*.

Este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis

Superior Tribunal de Justiça

Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, sobre a senha processual, se houver, o andamento da respectiva ação penal e a atual situação prisional do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator